

# INTEGRAÇÃO E CONFLITO EM UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O SOLAR GRANDJEAN DE MONTIGNY E SUAS RELAÇÕES DE PODER NO PERÍODO 1951-1963

**Aluna: Mariana Gomes Barbosa**

**Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Clóvis Gorgônio**

## **Introdução**

O Solar Grandjean de Montigny é, concomitantemente, um patrimônio histórico brasileiro inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes e o Museu Universitário da PUC-Rio, oficializado como tal no ano de 2011 pelo Reitor Pe. Josafá Carlos de Siqueira S.J, funcionando também como Centro Cultural desde 1980. Sendo então o Solar um território gerido tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quanto pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, é de se esperar a ocorrência de conflitos, devido relação de poder existente nele.

No acervo do Solar encontrei documentos como cartas e ofícios de comunicação entre o órgão federal e a Universidade, onde pude constatar uma tensão entre os dois referentes aos projetos arquitetônicos da Universidade e as leis de proteção ao patrimônio propostas pelo IPHAN. A presente pesquisa busca identificar e analisar os motivos e as consequências desse conflito, com uma abordagem geográfica.

Os conflitos ocorridos nesse território existem desde quando este terreno tombado e seus arredores se tornaram propriedade da PUC-Rio, em 1951. Por isso, surgiu o interesse de analisar essas relações no período de 1951-1963, pois em 1951 inicia-se a saga de formulação e envio de anteprojetos da PUC-Rio sobre seu *campus* para o IPHAN. Já no ano de 1963, após ocorrer a primeira restauração do Solar promovida pelo IPHAN, o então Reitor Pe. Laércio Dias de Moura S.J decide utilizar o segundo andar do patrimônio como reitoria, como forma, talvez, de equilibrar a relação com o órgão federal.

## **Objetivos**

A presente pesquisa tem três objetivos principais, sendo: 1 - contextualizar os agentes sociais que gerem o Solar, que são o IPHAN e a PUC-Rio; 2 - elucidar, com bases teóricas, as divergências geradas pelos diferentes interesses acerca do patrimônio histórico Solar Grandjean de Montigny, assim como suas consequências, no período de 1951-1963; 3 - contribuir cientificamente com uma reflexão teórica acerca de uma das categorias conceituais mais complexas da geografia, o território.

## **Metodologia**

Para cumprir os objetivos da presente pesquisa foram utilizados documentos como cartas e ofícios de comunicação entre o IPHAN e a PUC-Rio – encontrados no acervo do Solar -, para identificar os conflitos acerca do arranjo espacial nesse território em questão. As análises de livros e artigos foram necessárias para compreender o mecanismo das relações de poder e sustentar as bases teóricas, necessárias para a reflexão e proposta de exemplificar os motivos que causaram/causam as divergências nesse território.

A reflexão realizada nessa pesquisa será construída a partir de uma base metodológica pautada em um referencial teórico com os autores: Claude Raffestin [1], um dos autores que contribuiu com uma fértil definição de território; Milton Santos [2], que discute reflexões acerca do espaço; Pierre Nora [3], que trata do conceito “lugares de memória”, significativo para a compreensão de valores atribuídos ao território; e José Antônio de Sousa [4], que

apresenta uma perspectiva simbólica do território, fundamental para o debate da dissidência entre o físico e o simbólico; entre outros.

### Conclusões

As relações de poder e seus consequentes conflitos são inerentes ao processo de vivência em um território, onde constantemente há medidas e decisões a serem tomadas pelos agentes que o gerem. O Solar Grandjean de Montigny herdou um valor social conferido pela sociedade devido a contribuição histórica e artística de seu autor, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny. Sendo assim, tornou-se ele um lugar de memória para a história do país, bem como um lugar de memória para agentes individuais.

O Reitor Pe. Laércio sustentou em uma carta que “há de ser encontrada uma solução que atenda às determinações do SPHAN e às exigências impostas pelo desenvolvimento da PUC” [5]. Tombado pelo IPHAN e preservado por suas leis de proteção e, concomitantemente, funcionando como Museu Universitário da PUC-Rio, o Solar precisa ser ministrado por políticas públicas de patrimônio que conversem harmonicamente com a complexidade da esfera civil, conforme sustenta Gilberto Velho [6].

E o entendimento fundamental é de que as esferas físicas e simbólicas de um território são indissociáveis e estão em constante comunicação e evolução. As políticas públicas devem ser tomadas visando uma forma de harmonia no funcionamento de um território, que exerce sua determinada função através de processos definidos pelo interesse e poder maior.

### Referências

- 1- RAFFESTIN, Claude. O território e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993. p. 143-158.
- 2- SANTOS, Milton. Estrutura, Processo, Função e Forma como categorias do método geográfico. In: **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 49-59.
- 3- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
- 4- SOUSA, José Antônio de. O território na perspectiva das dimensões simbólicas, culturais e identitárias. **Ambivalências** - Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” - GEPIIP. UFS, v.1. N.2. p. 156 – 177. Jul-Dez/2013
- 5- MOURA, Laércio Dias de. Carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 20 dez. 1963. 1f. Propostas de novas construções no *campus* PUC-Rio.
- 6- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 de Abril de 2019.